
***Associação – Plataforma Global para os
Estudantes Sírios - APGES.***

Relatório de Auditoria

31 de dezembro de 2017

***Associação – Plataforma Global para os
Estudantes Sírios - APGES.***

Relatório de Auditoria

31 de dezembro de 2017

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Associação – Plataforma Global para os Estudantes Sírios (APGES) (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 444.851 euros e um total de fundos patrimoniais nulo, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

*Procedente dos trabalhos realizados pela Associação – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Sede: Praça do Sarmiento, Rua Santa Marta, 1 - 3º, 1069-306 Lisboa, Portugal
Branch: Rua do Sarmiento, Avenida Flores Vermelhas, 106 - 1069-121 Lisboa, Portugal
Tel: (351) 213 599 090. Fax: +351 21 3 599 090. Email: pwc@pwc.pt
Matriculada no CR de Lisboa - N.º de Registo: 290 629 772. Capital Social Euros: 314 000
Inscrita no Livro das Societies de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 1232 no CRM sob o nº 2004849*

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver colúgio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- d) concluímos sobre a apropriação de uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

29 de novembro de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

[Handwritten signature]



APGES - GLOBAL PLATFORM FOR SYRIAN STUDENTS

Relatório de Actividades 2017

**Aprovado pela Direcção
e submetido à Assembleia Geral para aprovação**

Lisboa, 11 de Dezembro de 2017

1- Sumário executivo - Conspecto das prioridades para 2017 e balanço da sua execução

O Plano de Actividades para 2017 prosseguia um triplo objectivo: (1) consolidar o Programa de Apoio aos estudantes Sírios colocados em Portugal, alargando e reforçando o conjunto de serviços que lhes é oferecido, a dois níveis diferentes, a saber: no plano da consolidação das suas competências de liderança, de resolução pacífica de conflitos e de diálogo intercultural (os chamados "soft skills"); no plano do apoio proporcionado aos estudantes que, concluindo o seu diploma universitário, procurarão integrar o mercado de trabalho; (2) concitar novos apoios com vista a escalar de forma significativa o programa de bolsas de estudo de emergência e, simultaneamente, alargar o âmbito de actuação a áreas académicas mais estratégicas, como sejam o dos estudos de medicina e de especialização de médicos sírios ou a área dos estudos em administração pública, políticas públicas e ciências sociais em geral; (3) reforçar a projecção externa do trabalho da Plataforma e consolidar o seu perfil internacional, para além da promoção da criação de um Mecanismo de Resposta Rápida para o Ensino Superior em Situações de Emergência no quadro do debate actualmente em curso da reforma da agenda humanitária, do desenvolvimento de "compactos" com vista à aplicação dos compromissos contidos na Declaração de Nova Iorque, adoptada pelos Estados membros das Nações Unidas no âmbito da Cimeira sobre migrantes e refugiados de 19 de Setembro de 2016.

Em termos de balanço das realizações alcançadas em 2017, os objectivos 1 e 3 acima mencionados foram plenamente realizados, ao passo que o objectivo 2, embora tenha sido alvo de muito trabalho preparatório, não se traduziu ainda por resultados tangíveis no terreno, sendo plausível que tal aconteça em 2018.

Por último, importa sublinhar que, do ponto de vista da situação financeira da APGES, o ano de 2017 decorreu dentro das previsões orçamentais, havendo que salientar, por um lado, que as despesas foram inferiores ao previsto atendendo ao efeito conjugado de não ter aumentado significativamente o número de bolsas atribuídas e ao facto, de sinal contrário, de ter diminuído o número de bolseiros a cargo da Plataforma uma vez que os estudantes que terminaram os seus diplomas foram encontrando trabalho, autonomizando-se. Por outro lado, os esforços de angariação de fundos decorreram apenas no segundo semestre, tendo os montantes arrecadados ficado aquém das expectativas. O ano de 2017 deverá encerrar com um saldo positivo de cerca de 250 000 euros (tác), havendo pois que redobrar esforços no plano da angariação de fundos ao longo de todo o ano de 2018. Por último, importa referir que em 2017 se registou um atraso considerável nos procedimentos de encerramento de contas de 2016, devendo a situação ficar normalizada em Janeiro de

2018, tendo, por outro lado, sido tomadas medidas, já implementadas, para que tal não ocorra de novo em 2018.

2. Execução do plano estratégico para 2017

O ano de 2017 foi marcado pelos progressos na realização das três prioridades acima identificadas, com especial destaque para os objectivos 1 e 3, sendo que o objectivo 2 registou avanços, mas meramente processuais, sendo provável que só em 2018 se registem progressos no terreno.

O objectivo 1 visava consolidar o Programa de Apoio aos estudantes Sírios colocados em Portugal, alargando e reforçando o conjunto de serviços que lhes é oferecido, a dois níveis diferentes, a saber: no plano da consolidação das suas competências de liderança, de resolução pacífica de conflitos e de diálogo intercultural (os chamados "soft skills"); no plano do apoio proporcionado aos estudantes que, concluindo o seu diploma universitário, procurarão integrar o mercado de trabalho.

Em 2017, registaram-se bons progressos no âmbito da realização do objectivo 1 na dupla vertente referida, devendo assinalar-se que 7 estudantes que terminaram os seus Mestrados conseguiram emprego, tendo-lhes a Plataforma prestado assistência na fase de transição da vida escolar para a vida activa. Acresce ainda que, em 2017, a Plataforma organizou, em cooperação com o Conselho da Europa e a Universidade do Minho, uma escola de Verão de uma semana (27 de Agosto a 3 de Setembro) em que participaram 50 sírios, dos quais 20 dos nossos estudantes, cujo objectivo principal foi capacitá-los e dotá-los de *soft skills* por forma a facilitar a sua integração nas sociedades de acolhimento.

Salientem-se ainda as restantes actividades de Verão proporcionadas aos estudantes, de que se destacam as seguintes: participação de 4 estudantes de doutoramento em arquitectura numa escola de verão realizada em Veneza sobre a reconstrução da Síria; participação de 8 estudantes de arquitectura na Porto Academy. Acresce ainda a preparação do curso de português intensivo de duas semanas a ter lugar em Lisboa nos finais de Agosto.

Importa igualmente referir que foi aberto um novo concurso de candidaturas para bolsas para o ano lectivo de 2017-2018, sendo certo que para a determinação do número de bolseiros novos a integrar na Plataforma, será necessário ainda angariar o correspondente financiamento. Para este novo grupo de bolseiros, o plano foi seleccionar candidaturas maioritariamente femininas, não só para criar oportunidades de educação para um grupo que tem sido especialmente alvo dos efeitos negativos da guerra (com interrupção de estudos e casamentos forçados), mas também para contribuir para a realização do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 5. A data da chegada destes estudantes está, em princípio, prevista para Janeiro de 2018.

Por último, cabe destacar contactos havidos com as autoridades portuguesas de tutela – designadamente, ACM e Ministérios relevantes - no sentido de se concluir um Acordo de Cooperação entre a APGES e a o ACM por forma a que o nosso programa de bolsas de estudo para o ensino superior passe a abranger refugiados sírios em Portugal e, a título experimental, algumas outras nacionalidades. A necessidade de regular esta matéria deveu-se ao facto de a APGES vir a ser interpelada de forma mais ou menos caótica pelas instituições de acolhimento de refugiados em Portugal sobre a possibilidade de incluir no nosso programa o apoio a refugiados que pretendem aceder ao ensino superior. Com o referido Acordo – que foi assinado em Julho – pretende-se assim de alguma forma regular esta matéria e, outrossim, iniciar a implementação do RRM em Portugal. Nos termos do Protocolo concluído, as despesas com este grupo específico de bolseiros serão devidamente enquadradas com repartição de custos entre organizações de acolhimento, ACM e a APGES. No âmbito do Acordo concluído, procedeu-se à preparação e publicação de um concurso, selecção dos candidatos e sua colocação em instituições de ensino. Deste concurso, resultaram a) 9 bolsas de estudo atribuídas a 8 estudantes para frequentarem um “ANO ZERO, PORTUGUES +” inteiramente dedicado ao estudo da língua portuguesa em regime intensivo por forma a capacitá-los a posteriormente concorrerem ao ensino superior; b) 14 bolsas de estudo para o ensino superior, atribuídas a estudantes refugiados de várias nacionalidades. Acresce ainda que integraram a Plataforma, como bolseiros regulares 6 novos estudantes sírios que já se encontravam em Portugal.

Quanto ao objectivo 2, visava concitar novos apoios com vista a escalar de forma significativa o programa de bolsas de estudo de emergência e, simultaneamente, alargar o âmbito de actuação a áreas académicas mais estratégicas, como sejam o dos estudos de medicina e de especialização de médicos sírios ou a área dos estudos em administração pública, políticas públicas e ciências sociais em geral.

Neste contexto, deve assinalar-se o convite formal feito pela Comissão Europeia à Plataforma no sentido de apresentar um projecto final do programa de bolsas de estudos para estudantes sírios refugiados nos países vizinhos à Síria, após aprovação de uma *Concept Note* apresentada em 2016. Desta forma, a Plataforma submeteu a 30 de Junho um projecto completo de um programa para três anos com um orçamento superior a 50 milhões de euros. Neste projecto, caso venha a ser aprovado, a Plataforma terá, como organizações associadas, a OMS, o Banco Mundial, a Liga dos Estados Árabes, o Instituto Camões e outras organizações da sociedade civil, como a Cáritas Iraque, Jussor, IE etc.

O projecto apresentado - *SOS - Building Capacity for the Future of Syria* – terá duas componentes essenciais, a saber: MED STRAND focado em “human resources for health” e a MASC STRAND focado em “building the capacity to recover from within”.

ky A

Embora pare alguma incerteza sobre o processo de aprovação interno à Comissão do projecto apresentado e atenta a morosidade atestada do mesmo, recentemente (a 6 de Dezembro), foi recebida uma comunicação segundo a qual o projecto apresentado seria objecto de uma avaliação em Janeiro/Fevereiro de 2018 para ser eventualmente aprovado em finais de Abril.

Relativamente ao objectivo 3, este visava o reforço da projecção externa do trabalho da Plataforma e a consolidação do seu perfil internacional, para além da promoção da criação de um Mecanismo de Resposta Rápida para o Ensino Superior em Situações de Emergência no quadro do debate actualmente em curso da reforma da agenda humanitária, do desenvolvimento de "compactos" com vista à aplicação dos compromissos contidos na Declaração de Nova Iorque, adoptada pelos Estados membros das Nações Unidas no âmbito da Cimeira sobre migrantes e refugiados de 19 de Setembro de 2016.

Em termos globais, em relação à realização deste objectivo, é de assinalar o bom progresso registado durante 2017, com um número sempre crescente de convites à Plataforma para participar em eventos internacionais e o interesse suscitado pelo Mecanismo de Resposta Rápida para o Ensino Superior em Situações de Emergência no quadro do debate actualmente em curso da reforma da agenda humanitária, do desenvolvimento de "compactos" com vista à aplicação dos compromissos contidos na Declaração de Nova Iorque, adoptada pelos Estados membros das Nações Unidas no âmbito da Cimeira sobre migrantes e refugiados de 19 de Setembro de 2016 e, sobretudo, por parte da comunidade académica.

Assim, em 2017, a Plataforma esteve representada designadamente nos seguintes eventos internacionais:

- 23 Janeiro, Washington – Participação da Plataforma numa reunião organizado pelo Departamento de Estado sobre o follow up das Cimeiras sobre refugiados e migrantes de Setembro de 2016 em que se apresentou o filme sobre o RRM
- 24 de Janeiro, Washington – participação da Plataforma em encontros em Washington com o Banco Mundial, Brookings, CSIS e o Georgetown Institute for Women, Peace and Security.
- 27 de Março – Participação da Plataforma na reunião da Comissão para os Assuntos Económicos, Financeiros e Sociais e Educação da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, realizada na Universidade de Coimbra
- 7 de Abril, Braga – Participação da Plataforma num Seminário Internacional organizado pela Universidade do Minho sobre educação nas emergências
- 11 e 12 de Maio, Oxford – Participação da Plataforma no 'Rhodes SJLP workshop: Postgraduate Education for Syrians Workshop para apresentar o trabalho realizado, boas práticas e lições aprendidas com outros participantes

- 11 de Maio, Barcelona – Participação da Plataforma na segunda reunião regional da União para o Mediterrâneo sobre “higher education internationalisation and academic mobility in the Euro-Mediterranean area”
 - 22 a 24 de Maio, Londres – Participação da Plataforma na reunião anual do British Council, Going Global, onde foi apresentado o Rapid Response Mechanism for Higher Education in Emergencies
 - 8 de Junho, Edimburgo – Participação da Plataforma na reunião do grupo de universidades chamado “Grupo de Coimbra” de que a Universidade de Edimburgo foi a anfitriã
 - 28 de Junho, Nova Iorque – Participação da Plataforma, em representação do Dr. Jorge Sampaio, num debate organizado pelo Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o SDG 4, Educação.
 - 29-30 de Setembro –Beirute – Participação da Plataforma na reunião organizada pelo projecto H.O.P.E.S, (DAAD, British Council e Campus France), parceiros da Comissão Europeia no âmbito dos fundos MADAD sobre “HIGHER EDUCATION AND REFUGEES IN THE MEDITERRANEAN REGION por forma a divulgar o trabalho realizado pela Plataforma Global de Apoio a Estudantes Sírios e participar numa sessão bilateral com o gestor dos Fundos Madad.
 - 4-5 Outubro, Roma – Participação da Plataforma, representada como key-note speaker na 9ª Conferência da UNICA (Rede de Universidades de capitais europeias) intitulada “Towards a Students centred University” para apresentar o Rapid Response Mechanism for Higher Education in Emergencies
 - 7 Outubro, Nova Iorque – Participação da Plataforma no 4º Simpósio anual da Syrian American Medical Society (SAMS) sobre “A Call to Action for future Syria (a coalition on education and research)” para apresentar o projecto submetido à Comissão Europeia.
 - 9- 13 Outubro, Hobart, Austrália – Participação da Plataforma na Participação na Australia International Education Conference realizada em Hobart como speaker em duas sessões:
 - *‘AIEC Debate – Has international education fueled nationalist populism by simply serving the interests of global elites?’*
 - *‘Not there yet’: Overcoming barriers to education for refugees and asylum seekers’*
- O objectivo da participação residiu em expor o trabalho realizado pela Plataforma Global de Apoio a Estudantes Sírios e mais concretamente o projecto da criação de um Rapid Response Mechanism for Higher Education in Emergencies para o qual se pretende lançar um projecto piloto a nível global em 2018. Angariar apoiantes na Ásia foi um dos objectivos principais desta deslocação.

-25-26 Outubro, Roma – Participação da Plataforma na cerimónia de lançamento da *Mediterranean Women Mediators Network* como forma de divulgação do trabalho da Plataforma de empoderamento de sírias através do ensino superior.

- 13-16 Novembro – WISE SUMMIT – Participação da Plataforma como membro de um painel organizado pela Fundação Education Above All sobre *A Syrian's Journey towards Higher Education Access*

-26 de Novembro, Lisboa – Participação da plataforma num encontro organizado pela Deloitte Portugal para os seus futuros quadros para apresentar o trabalho realizado pela Plataforma .

-5-6 Dezembro, Veneza – Participação da Plataforma em vários encontros com a Universidade LUAV de Veneza com o objectivo de identificar área de Interesse comum para desenvolver um MoU no âmbito da reconstrução da síria do ponto de vista da arquitectura e campos afins.



- 11 a 14 Dezembro, Nova Iorque – Participação da Plataforma em duas reuniões das Nações Unidas (um *Workshop on Advancing the Ambition of the Agenda for Humanity* e o *6º Global Humanitarian Policy Forum annual*) bem como em contactos bilaterais com parceiros locais designadamente com a Carnegie Corporation of New York e o Institute of International Education.

3. Angariação de fundos e execução orçamental

Em matéria de angariação de fundos, em razão do aumento do volume de trabalho registado durante o 1º semestre de 2017 apenas teve lugar um concerto em Janeiro, co-organizado com a casa da Música, de que resultaram cerca de 27.628,33 euros.

No segundo semestre, tiveram lugar dois jantares do ciclo do Quarteto Gastronómico em Novembro (um em Lisboa e outro no Porto), bem como um almoço solidário realizado em 7 de Dezembro por uma empresa que escolheu a Plataforma para beneficiária 2017 do seu encontro de Natal. O conjunto destes eventos deverá ter permitido angariar cerca de 36.000 euros, embora as contas não tenham ainda sido fechadas.

Acresce que, como em cada ano, foram apresentados relatórios de execução dos donativos atribuídos em 2016-17 à Plataforma por forma a levar à renovação dos mesmos para 2017-2018. No plano da angariação de fundos junto de doadores portugueses, este ano a tarefa nem sempre foi fácil ou coroada de êxito dado o apelo nacional ocorrido para o auxílio às vítimas dos incêndios que acabou por preterir outros projectos, como o da Plataforma. Neste contexto, deve salientar-se que, pelo menos dois donativos sofreram uma drástica redução

Embora estando ainda em curso a arrecadação de fundos prometidos, se todos honrarem os compromissos anunciados, dever-se-á ter conseguido angariar em 2017 cerca de 300.000 euros (tbc), o que representa relativamente aos anos anteriores um abrandamento significativo dos fundos arrecadados, embora neste montante não se tenha incluído o donativo de 400.000 dólares, recebido em 2016, mas a aplicar durante dois anos, abrangendo portanto o ano de 2017.

4. Perspectivas para 2018

De salientar que, para além da continuidade que se pretendeu imprimir às acções em curso e que marcaram a actuação da Plataforma no ano de 2017, no próximo ano visar-se-á sobretudo realizar três objectivos estruturantes: primeiro, concluir as negociações em curso com os dois novos parceiros estratégicos – a EU e o Banco Mundial –, dando início à implementação das acções previstas que permitirão que a Plataforma adquira escala e passar a ter uma dimensão internacional significativa, designadamente no quadro da proposta apresentada à UE intitulada “SOS - Building Capacity for the Future of Syria”; em segundo lugar, lançar a fase piloto do RRM após a apresentação mundial do RRM; em terceiro lugar, lançar as bases de um projecto ligado à reconstrução da Síria, através da realização da primeira escola de Verão reunindo arquitectos, engenheiros e empresas ligadas ao planeamento de obras públicas e construção civil seguida de um encontro internacional sobre “Rebuilding Syria”.

Em termos financeiros, será necessário dar prioridade à angariação de fundos desde o início de 2018, através da renovação das actuais parcerias e da captação de novos parceiros

**ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**ASSOCIAÇÃO-PLATAFORMA GLOBAL PARA OS ESTUDANTES
SIRIOS (APGES)**

ANO : 2017

À Direção

 , 

Comitê de Controlo



ÍNDICE

- 1 - **Identificação da entidade**
- 1.1 Dados de identificação
- 2 - **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
- 2.1 Referencial contabilístico utilizado
- 2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
- 2.3 Contas de balanço e de demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior
- 3 - **Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
- 3.1 Principais políticas contabilísticas
- 4 - **Rendimentos e gastos**
- 4.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do réditto incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
- 4.2 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 4.3 Discriminação dos outros gastos e perdas
- 5 - **Instrumentos financeiros**
- 5.1 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço
- 5.1.1 Dívidas a fornecedores
- 5.1.2 Outras dívidas a pagar
- 5.2 Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte
- 5.3 Outras contas a receber
- 5.4 Rendimentos
- 6 - **Benefícios dos empregados**
- 6.1 Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão
- 6.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A Direção:

João António

Contabilista Certificado

[Assinatura]

- 7 - Divulgações exigidas por diplomas legais
- 7.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- 8 - Impostos e contribuições
- 8.1 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

- 9 - Fluxos de caixa
- 9.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Handwritten initials and a checkmark.

A Direcção:

Handwritten signature of the Director.

Contabilista certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant.

24

Notas às Demonstrações Financeiras

A Direcção

João Antunes

Contabilista Certificado

[Signature]

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: ASSOCIAÇÃO-PLATAFORMA GLOBAL PARA OS ESTUDANTES SÍRIOS (APGES)
Número de identificação de pessoa coletiva: 510888011
Lugar da sede social: Rua Castilho, N.º 165 - Lisboa
Endereço eletrónico: apges.fin@gmail.com
Natureza da atividade: Outras atividades de apoio social sem alojamento r.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As melhorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos da Lei 12/2010.

A Director

A Presidente do Conselho

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data da fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Récita e regime do acréscimo

O crédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber em resultado de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O crédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

A. O. L. L. L.

Contabilista Certificado





14

abatimentos e descontos

Observou-se o disposto no ponto 12 - R dito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito se foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável,   provável que se obtenham benefícios econ micos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da presta o dos serviços ou, se per dicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodiza o econ mica tendo em considera o o montante em d vida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão includidos no item de "Outras varia es nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados   medida em que decorrer o respetivo período de deprecia o ou amortiza o.

Os subsídios   explora o destinam-se   cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados   medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Rendimentos e gastos

4.1. Politicas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transa es que envolvem a presta o de serviços

Detalhe:

Descri�o	Valor Período	V Período Anterior
Outros R�ditos	500.170,45	582.219,77
Total	500.170,45	582.219,77

A rubrica "Outros R ditos" refere-se aos donativos reconhecidos no corrente período, e que se destinaram a suportar os gastos incorridos no âmbito de assistência acad mica a jovens estudantes s rios, mediante a atribui o de bolsas de estudo.

João Paulo

14
[Signature]

4.2. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Detalhe da rubrica:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	4 994,83	12 583,43
Trabalhos especializados	579,62	5 328,12
Honorários	3 740,00	5 370,00
Conservação e reparação	390,89	
Outros	2 112,84	1 687,41
Materiais	216,39	
Fornecimento e manutenção de máquinas (03-00)	30,00	
Materiais de escritório	112,30	
Energia e fluídos	4 498,03	4 172,19
Eletricidade	1 508,09	3 280,35
Condutividade	691,30	272,40
Água	2 288,64	2 419,44
Deslocações, viagens e transportes	4 002,00	5 380,89
Comunicações e correio	3 719,81	5 318,94
Transportes de pessoas	339,25	50,79
Serviços diversos	43 179,34	40 980,32
Rendices e alugueres	29 510,20	27 372,90
Consumos	293,50	533,49
Seguros	7 842,26	8 038,77
Despesas de representação	51,28	
Locais, aluguer e contrato	258,32	
Outros serviços	4 173,25	3 448,46
Total	99 778,71	94 024,93

A Direcção

Verificação e Certificação

4.3 Discriminação de Outros Gastos.

Detalhe.

Nome	Valor Período	Valor Período Anterior
GASTOS COM APOIO A ESTUDANTES		
Bolsas 2020/21	344.204,75	437.270,45
Gastos com equipamentos	52.816,11	45.173,01
Equipamento e material escolar	5.768,77	12.487,11
Gastos com materiais, cursos e programas	24.713,91	7.628,75
Deslocações	619,28	3.137,95
Outros gastos	289,20	743,23
Soma	428.401,82	506.430,47
DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS		
Despesas não documentadas	628,13	2.547,85
Consumo de água, gás e electricidade	1.511,22	4.070,90
Outras despesas	214,77	2.407,87
Soma	2.354,12	9.026,62
OUTROS GASTOS		
Valor especificado	77,22	177,85
TOTAL	431.845,17	615.718,75

5 - Instrumentos financeiros

5.1. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

5.1.1. Fornecedores

Detalhe da rubrica.

Nome	Valor Período	Valor Período Anterior
Sup Power SA	34,30	4,74
EDP Comercial SA		100,14
Serv. Apoio Social - LL		36,96
EPAC - Aguas Portugal SA		25,17
MEO Comunicações	71,91	41,98
Tel. Portugal	743,49	
	1.029,70	409,02

A Direcção

Contabilista Certificado

5.1.2. Outros passivos correntes

Detalhe da rubrica.

Nome	Valor Período	Valor Período Anterior
Reservações a pagar	1.467,60	140,56
Total	1.467,60	140,56

6.2. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Detalhe

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:			142.582,08		
Contas correntes a receber			142.582,08		
Passivos financeiros:			1.788,24		
Fornecedores			315,54		
Outras contas a pagar			1.472,70		
Ganhos e perdas líquidas:					
Rendimentos e gastos de juros:					

Quadro comparativo

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:			76.432,01		
Contas correntes a receber			76.432,01		
Passivos financeiros:			482,48		
Fornecedores			431,53		
Outras contas a pagar			50,95		
Ganhos e perdas líquidas:					
Rendimentos e gastos de juros:					

N

5.3 Créditos e Receber

Detalhe:

Nome	Valor Período	Valor Período Anterior
Fundação Criança - Despesas recebíveis de 2018	131.024,89	75.124,81
Despesas Diversas	807,20	807,20
Despesas por pagar	11.000,00	
Total	142.832,09	76.532,01

5.4 Diferimentos

Detalhe:

Nome	Valor Período	Valor Período Anterior
ATIVO		
Seguro - Cobertura FICOM 2018	87,28	4.732,75
Bolsa de Estudos - J&F 2018	28.090,00	27.830,00
Garantia 2018	484,50	
Total	28.661,78	32.562,75
PASSIVO		
Contas a pagar	482.481,37	485.082,06
Total	482.481,37	485.082,06

5 - Benefícios dos empregados

5.2. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os órgãos sociais da APGES não são remunerados pelo exercício dos respetivos cargos

6.3. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Handwritten initials/signature

Detalhe da rubrica:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	11.745,07	1.186,88
Resseguros do pessoal	9.488,40	977,48
Encargos sobre as remunerações	2.118,80	118,80
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	123,80	
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	36,02	

7 - Divulgações exigidas por diplomas legais

7.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A APGES apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária

A APGES apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social

8 - Impostos e contribuições

8.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Detalhe da conta:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Reserva de impostos sobre o rendimento		200,00		21,50
Outros impostos		0,00		
Contribuições para a Segurança Social	188,80			20,70
Outras contribuições				4,00
Total	188,80	200,00		256,20

A Direcção

Handwritten signature

Contabilista Certificado

Handwritten signature

9 - Fluxos de caixa

A

9.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	29,41	1.000,00	867,15	142,28
Depósitos à ordem	371.736,32	394.285,07	432.180,18	275.606,30
Outros depósitos bancários				
Total	371.736,32	395.285,07	433.070,34	275.748,68

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.775,42	1.275,00	7.075,01	29,41
Depósitos à ordem	521.259,51	378.410,41	727.170,99	373.704,32
Outros depósitos bancários				
Total	523.034,93	380.685,41	734.245,97	373.733,73

A Direção

João Augusto

Controlador Geral

[Assinatura]

Balanço - (modelo para ESNL) em
31/12/2017
(montantes em euros)

AS SOCIAÇÃO-PLATAFORMA GLOBAL PARA OS
ESTUDANTES SÍRIOS (APGES)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Outros créditos e ativos não correntes		73,82	7,22
		73,82	7,22
Ativo corrente			
Créditos a receber	5.3	142.982,08	78.632,04
Estado e outros entes públicos	8.1	389,80	
Orçamentos	5.4	25.648,84	32.558,79
Caixa e depósitos bancários	8.1	275.748,46	373.733,73
		444.778,99	482.925,83
Total do ativo		444.850,81	482.932,75
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Total dos fundos patrimoniais			
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	5.1.1	315,54	431,53
Estado e outros entes públicos	8.1	906,00	255,21
Orçamentos	5.4	442.181,57	452.085,06
Outros passivos correntes	5.1.2	1.467,60	160,95
		444.850,81	482.932,75
Total do passivo		444.850,81	482.932,75
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		444.850,81	482.932,75

A Direção

João Stepan

Tal qualifica Certificado 195/04

[Assinatura]

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Subsídios, doações e legados à exploração	4.1	500.133,45	583.939,37
Fornecimentos e serviços externos	4.2	(56.779,71)	(64.024,83)
Gastos com o pessoal	6.3	(11.745,07)	(1.185,95)
Outros rendimentos		38,80	
Outros gastos	4.3	(431.648,57)	(518.718,79)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0	0
Resultado antes de impostos		0	0
Resultado líquido do período		0	0

A Direção




Contabilista Certificado



RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Pagamentos de bolsas		428.934,83	519.283,13
Pagamentos a fornecedores		48.675,00	63.091,48
Pagamentos ao pessoal		11.493,88	812,84
Caixa gerada pelas operações		(489.103,71)	(581.067,43)
Outros recebimentos/pagamentos		(56.024,92)	118.765,68
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(545.128,63)	(462.301,75)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		66,60	7,22
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(66,60)	(7,22)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		449.209,96	712.001,41
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		449.209,96	712.001,41
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(97.065,27)	248.692,44
Caixa e seus equivalentes no início do período		379.733,73	(56.879,31)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		275.748,46	379.733,73





RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Pagamentos de bolsas		428.934,83	516.283,13
Pagamentos a fornecedores		46.675,00	63.991,46
Pagamentos ao pessoal		11.493,86	812,84
Caixa gerada pelas operações		(489.103,71)	(581.067,43)
Outros recebimentos/pagamentos		(58.024,92)	118.765,66
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(547.128,63)	(462.301,77)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		66,60	7,22
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		66,60	(7,22)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		449.209,96	712.001,41
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		449.209,96	712.001,41
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(97.985,27)	249.692,44
Caixa e seus equivalentes no início do período		373.733,73	(55.879,31)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		275.748,46	373.733,73